



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ**

**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2016.**

Aos treze dias do mês de setembro de 2016, às onze horas e vinte minutos, na Sala de Reunião das Comissões da CLDF, a presidente da Comissão, Deputada Sandra Faraj, abriu a Vigésima Reunião Ordinária da Comissão. Presentes os Deputados Chico Leite e Raimundo Ribeiro. **Item 01 – PLC 24/2015**, de autoria do Poder Executivo e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que "Altera a Lei nº 1.826, de 13 de janeiro de 1998, que cria o Parque Ecológico Ezechias Heringer, na Região Administrativa do Guará - RA X". Resultado: não apreciado. Nesse momento, assumiu a presidência o Dep. Chico Leite. **Item 02 – PL 1180/2016**, de autoria do Poder Executivo e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que "Altera a Lei nº 5.366, de 03 de julho de 2014, que dispõe sobre a criação de empregos em comissão na Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e dá outras providências". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 03 – PL 1215/2016**, de autoria do Poder Executivo e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que "Altera a Lei nº 4.027, de 16 de outubro de 2007, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às gestantes, às pessoas acompanhadas de criança no colo, aos idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, às pessoas com deficiência e às pessoas com obesidade grave ou mórbida". Parecer: pela Admissibilidade na forma das emendas 1 e 2 da CCJ. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade na forma das emendas 1 e 2 da CCJ por três votos favoráveis e duas ausências. Nesse momento, reassumiu a presidência a Dep. Sandra Faraj. **Item 04 – PL 824/2012**, de autoria da Dep. Celina Leão e relatoria do Dep. Chico Leite, que "estabelecem incentivos fiscais às pessoas jurídicas que destinarem vagas aos egressos e aos apenados em regime semi-aberto do Sistema Penitenciário do Distrito Federal e dá outras providências". Parecer: pela Inadmissibilidade. Resultado: retirado de pauta a pedido da autora. **Item 05 – PL 168/2015**, de autoria da Dep. Luzia de Paula e relatoria do Dep. Chico Leite, que "cria o roteiro de turismo eco-histórico, religioso e cultural, denominado Rota das Nascentes, no âmbito do Distrito Federal e da RIDE". Parecer: pela Admissibilidade na forma da emenda da CCJ. Resultado: aprovado parecer pela Admissibilidade na forma da emenda da CCJ por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 06 – PL 818/2015**, de autoria da Dep. Luzia de Paula e relatoria do Dep. Chico Leite, que "estabelece princípios e diretrizes para Política de Permacultura no âmbito do Distrito Federal, como ferramenta para alcance do desenvolvimento sustentável". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 07 – PL 864/2016**, de autoria do Dep. Agaciél Maia e relatoria do Dep. Chico Leite, que "dispõe sobre a proteção ao meio ambiente, estabelecendo controle de destino de óleos lubrificantes, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências". Parecer: pela admissibilidade na forma do Substitutivo da CDESCTMAT. Resultado: aprovado parecer pela Admissibilidade na



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

forma do Substitutivo da CDESCTMAT por três votos favoráveis e duas ausências. Nesse momento, assumiu a presidência o Dep. Chico Leite. **Item 08 – PL 1870/2014**, de autoria do Dep. Joe Valle e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de venda de água mineral nas drogarias do Distrito Federal”. Parecer: pela admissibilidade na forma do Substitutivo da CDESCTMAT. Resultado: aprovado parecer pela Admissibilidade na forma do Substitutivo da CDESCTMAT por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 09 – PL 712/2015**, de autoria do Dep. Júlio César e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que “institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia da Força Jovem Universal”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 10 – PL 154/2015**, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso e relatoria do Dep. Robério Negreiros, sendo designado relator *ad hoc* o Dep. Raimundo Ribeiro, que “cria o Programa de Saúde da Criança no Distrito Federal”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 11 – PL 394/2015**, de autoria da Dep. Luzia de Paula e relatoria do Dep. Robério Negreiros, sendo designado relator *ad hoc* o Dep. Raimundo Ribeiro, que “institui o Dia do Lions Clubs Internacional, no âmbito do Distrito Federal”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 12 – PL 151/2015**, de autoria do Dep. Robério Negreiros e relatoria do Dep. Bispo Renato Andrade, sendo designado relator *ad hoc* o Dep. Raimundo Ribeiro, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, o bloco pós-carnavalesco ‘Adocica Meu Amô’”. Parecer: pela admissibilidade na forma da emenda da CESC. Resultado: Aprovado parecer pela Admissibilidade na forma da emenda da CESC por três votos favoráveis e duas ausências. Reassumiu a presidência a Dep. Sandra Faraj. **Item 13 – IND 7674/2016**, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso, que “sugere ao Governo do Distrito Federal a alteração do nome do Parque Recreativo do Gama para Parque Distrital Prainha do Gama”. Resultado: aprovada por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 14 – IND 7675/2016**, de autoria do Dep. Raimundo Ribeiro, que “sugere ao chefe do Poder Executivo, providências no sentido de encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei que dispõe sobre a implantação do sistema biométrico de identificação de recém-nascidos nas maternidades e hospitais públicos e privados do Distrito Federal”. Resultado: aprovada por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 15 – IND 7701/2016**, de autoria do Dep. Prof. Israel Batista, que “sugere ao Poder Executivo a elaboração de proposição legislativa com a finalidade de regulamentar o credenciamento, o recredenciamento e a autorização de etapas, modalidades e cursos das instituições educacionais de ensino básico e profissional do Distrito Federal”. Resultado: aprovada por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 16 – IND 7772/2016**, de autoria do Dep. Cláudio Abrantes, que “encaminha ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal minuta de proposição em anexo à presente e sugere que após análise da matéria – ‘garante aos concessionários, permissionários e fornecedores do serviço público do Distrito Federal a compensação de dívidas líquidas e certas por créditos tributários e dá outras providências’ - se entender por bem, remeta a esta Casa projeto de lei complementar tratando do assunto”. Resultado: aprovada por três votos favoráveis e duas ausências.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ**

**Item 17 – IND 7921/2016**, de autoria da Dep. Telma Rufino, que “sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - Terracap, tornar definitiva a diretoria de regularização rural da Terracap, extinguindo o prazo para encerramento das suas atividades, o que está previsto para ocorrer em outubro de 2016”. Resultado: concedida vista da proposição ao Deputado Chico Leite. Por fim, foi apreciado o adendo da pauta, **Item 18 – PL 1165/2016**, de autoria do Poder Executivo e relatoria do Dep. Chico Leite, que “revoga a Lei nº 4.006, de 17 de agosto de 2007, que estabelece valores fixos mensais para o recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido por microempresa optante do Simples Nacional, na forma do art. 18, § 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis e duas ausências. Não havendo mais nada a tratar, a Deputada Sandra Faraj encerrou a reunião às doze horas e dez minutos. E eu, Eduardo Miranda Melis, Secretário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, lavrei a presente ata que, depois de lida e assinada pela Presidente e pelos demais Deputados membros desta Comissão, será enviada à publicação.

  
**DEPUTADA SANDRA FARAJ**  
**Presidente da CCJ**





